

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA – FAJE
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM JUVENTUDE NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

**A PARTICIPAÇÃO DOS/AS JOVENS NA CONSTRUÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM SURUBIM**

José Aniervson Souza dos Santos
Orientador: Prof. Ms. Renato Souza de Almeida

**Artigo apresentado ao Curso de Pós-graduação
Lato Sensu em Juventude no Mundo
Contemporâneo como requisito para grau de
especialista.**

GOIÂNIA
2011

**A Participação dos/as Jovens na Construção das Políticas Públicas de
Juventude em Surubim**

José Aniervson Souza dos Santos

Artigo para a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Juventude no Mundo Contemporâneo, submetido à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia / FAJE e à Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, como parte dos requisitos para o grau de Pós-Graduado em Juventude no Mundo Contemporâneo.

Aprovado por:

Renato Souza de Almeida
Orientador

Data: ____/____/____

Nota: _____

A PARTICIPAÇÃO DOS/AS JOVENS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE EM SURUBIM

José Anierivson Souza dos Santos¹

RESUMO

Este artigo visa trazer considerações a cerca da participação da juventude surubinese em relação ao processo de construção de suas políticas públicas no município. Para tanto, faz-se uso dos processos e conquistas em nível nacional, utilizando-se das discussões em torno da construção da Política Nacional de Juventude. Abordando a temática dos conselhos de juventude e levantando elementos da realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, traz considerações sobre os processos municipais da política de juventude em Surubim. Aponta aspectos políticos e sociais da juventude no município pernambucano, traçando o perfil das instituições governamentais e não-governamentais e os processos que se fizeram presentes na relação do governo e sociedade civil para se criarem as políticas de juventude na cidade.

Palavras-chave: Participação; Juventude; Políticas Públicas.

¹ Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco – UPE. Atua na área de juventude há mais de 10 anos acompanhando e assessorando grupos juvenis e instituições que trabalham com jovens. Desenvolve acompanhamento a projetos governamentais que lidam com o público jovem. Já atuou na área social em projetos do governo federal, lidando com famílias vulneráveis e em situação de risco, coordenando atividades de aumento da auto-estima, valorização pessoal, qualificação profissional e educacional, reaproveitamento e tecnologia. Coordenou durante muitos anos a Pastoral da Juventude na Diocese de Nazaré/PE, assumindo as coordenações de grupos de base, paróquias, setores e da própria diocese em anos subseqüentes chegando a assumir a coordenação executiva adjunta desta pastoral em nível diocesano. Participou da comissão nacional de coordenação do Projeto da Pastoral da Juventude intitulado “A Juventude quer Viver”, representando o Regional Nordeste 2 (CNBB) nessa comissão. Atualmente é Diretor Presidente do Instituto de Protagonismo Juvenil – IPJ e participa do núcleo de pesquisa desta instituição, tendo publicado 2 materiais de pesquisas desenvolvidos pelo IPJ. Atua na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) do Estado de Pernambuco e desenvolve com os adolescentes que esperam decisão quanto sua medida socioeducativa, atividades de história de vida, projetos de vida e também atua na área administrativa desta unidade.

Introdução

A questão da participação juvenil no que diz respeito ao processo de formulação, execução e avaliação de suas políticas públicas configura um grande salto na democracia do país. Pois, a visão que se tinha do/a jovem era a de que estes/as eram “sujeitos problemáticos”, passando pelo olhar que os/as viam como “sujeitos em construção/desenvolvimento” para assumir, recentemente, o *status* de “sujeito de direito”. Algumas ações, cunhadas por organismos internacionais em torno da temática das políticas específicas de juventude permitiram que o/a jovem ganhasse projeção e importância na pauta das políticas em âmbitos diversos. Muitas visões e olhares sobre a juventude começaram a surgir como forma de responder aos anseios dos/as jovens de cada época. Alguns dispositivos começaram a ser criados para garantir alguns direitos e/ou necessidades específicas das várias expressões juvenis, como exemplo os conselhos, secretarias, coordenadorias, fóruns de juventude e outros dispositivos como resposta dos governos para a juventude em geral.

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisas focando o processo histórico das políticas de juventude no Brasil para num segundo momento poder discutir a respeito da participação dos/as jovens surubimenses nos processos de construção de suas políticas no município com o objetivo de levantar considerações pertinentes a respeito da importância dessa presença e participação de atores estratégicos no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil.

Em Surubim, no Estado de Pernambuco, o processo de mobilização em torno da construção de dispositivos de controle social e participação/protagonismo juvenil se dá através de iniciativas das instituições da sociedade civil, mobilizadas em “rede” em torno da construção do Conselho Municipal de Juventude. Esse processo de criação deste conselho permitiu as instituições não-governamentais uma maior articulação institucional entre si e para com os poderes municipais, além da visibilidade que as mesmas ganharam em torno da sociedade. Levando em consideração que a juventude de Surubim, representada pelas instituições e grupos juvenis, em esforço mútuo e dedicação, trabalharam para garantir que as suas políticas fossem escritas e pensadas, considerando o perfil juvenil local e suas

especificidades para, dessa forma, garantir o “rosto jovem” na política pública de juventude em Surubim.

Como a discussão sobre juventude é um diálogo ainda recente, os governos municipais de Surubim ainda não haviam despertado para a inserção da temática na pauta e agenda do governo e nem haviam levantado discussões em nível municipal. Não é possível fazer um desenho da estrutura político-governamental das ações, programas e projetos para os/as jovens em Surubim devido a inexistência de um órgão no município que a referencie. Porém, tomando como exemplo o Grupo Interministerial que se formou no governo federal para fazer um levantamento das políticas destinadas ao público juvenil no país, podemos citar que deva existir projetos e/ou ações no município que contemplem de alguma forma o/a jovem, embora não esteja direcionado especificamente a este público.

O trabalho cita algumas ações mobilizadas através da sociedade civil para construir as referidas políticas de juventude no município e referencia em torno desta questão a construção da “rede institucional” que se formou para garantir a diversidade das falas e perfis juvenis. Bem como, a criação do projeto de lei que viria a ser usado pelo poder executivo na criação do conselho de juventude no município. Este último traria uma série de desdobramentos para garantir que o mesmo ocorresse.

Desenho e processo histórico das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

Até a década de 90, as ações governamentais não consideravam a juventude como segmento específico. O que impulsionou que a juventude entrasse na pauta das políticas públicas na América Latina foi o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, 1985, pela Organização das Nações Unidas - ONU e pelo empenho da Organização Ibero-americana de Juventude - OIJ (SILVA, ANDRADE, 2009). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio inaugurar uma nova noção de cidadania para os/as brasileiros/as mais novos/as. Os/as maiores de 18 anos, no entanto, continuavam invisíveis aos olhos do Estado, sem desfrutar de uma política pública específica (id., 2009).

Há cerca de 10 anos, os/as jovens vieram a público cobrar satisfação para esse abandono. Alguns acontecimentos marcantes, como o assassinato do índio Galdino em Brasília, em 1997, e as rebeliões nas unidades estaduais para jovens em conflito com a lei tomaram repercussão nacional e contribuíram para “formação” de uma opinião pública sobre a juventude (SILVA, ANDRADE, 2009). Enfim, os/as jovens finalmente ganhavam visibilidade, mas de um jeito negativo: de “carona com a violência”. Os organismos internacionais, ONGs e fundações empresariais atenderam ao apelo e elegeram o/a jovem como um dos públicos foco prioritários de suas ações. O Estado que continuava um tanto distante passou a reconhecer a importância da questão, apoiando alguns projetos, mas se eximindo de assumir a juventude como assunto estratégico de interesse nacional (id., 2009).

Desde que surgiu esse interesse pelas questões juvenis, os/as jovens foram vistos, sobretudo, como um “problema”. Os projetos sociais dirigidos à juventude estavam baseados, principalmente, nas ideias de controle e prevenção, como foco restrito no atendimento emergencial aos/as jovens em situação de risco social. Neste período inicial, duas iniciativas muito comuns foram, por exemplo, os programas esportivos e culturais para preencher o tempo livre dos rapazes e os projetos para evitar que as moças engravidassem. Aos poucos, esse enfoque de tutela, ou seja, de que é preciso “ficar de olho” nos/as jovens para que eles/elas não façam mal para si mesmos/as ou para a sociedade, começou a ser questionado. Com a consolidação da agenda internacional e a crescente articulação da sociedade civil brasileira em torno das questões juvenis, o rótulo da violência começou a descolar dos/as jovens. É nesse momento que a juventude, de “problema”, passa a ser vista como “solução” (SILVA, ANDRADE, 2009).

No final dos anos 90, o conceito de “protagonismo juvenil” difundiu a ideia de que os jovens de maneira individual e apenas pela mudança de comportamento poderiam ser atores fundamentais das mudanças sociais. Muitos projetos financiados, sobretudo, por fundações empresariais adotaram essa proposta e passaram a apoiar o engajamento voluntário dos/das jovens, geralmente em âmbito comunitário. As críticas de que essa abordagem era muito localizada e com pouca densidade política vieram acompanhadas de uma outra concepção: a de que os/as jovens são “agentes estratégicos do desenvolvimento”.

Mais do que uma disputa de terminologias, o debate foi incorporando uma dimensão dos direitos. A Revolução Francesa consolidou a idéia de que o ser humano tem direitos civis, políticos e sociais. Mais recentemente, nas ultimas décadas do século XX, ganhou reconhecimento uma nova categoria: os direitos difusos. A grande novidade é que as primeiras gerações de direitos eram fundamentalmente individuais. Os direitos difusos, ao contrário, são atribuídos a grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, crianças, idosos... e jovens. A consagração dos direitos difusos teve um forte impacto no mundo político. Se antes a busca era pela igualdade dos indivíduos, agora o foco é na valorização das diferenças e das identidades coletivas (CASTRO, 2009).

Influenciados por esse novo paradigma, que entende os/as jovens como “sujeitos de direitos”, o Estado brasileiro começou a descruzar os braços. Ganhou impulso o movimento e criação de Coordenadorias, Secretarias e Conselhos de Juventude Estaduais e Municipais. Em 2003, foi criada na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial de Juventude, que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar projetos de lei dirigidos a demandas juvenis. Como resultado desse trabalho, concluído em dezembro de 2004, foram encaminhadas as seguintes propostas: a) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 138-A/2005) que inclui a expressão “jovem” na denominação do Capítulo VII e dá nova redação ao Art. 227 da Constituição; b) o Estatuto dos Direitos da Juventude (PL 27/2007); e c) o Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que estabelece objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos/as jovens brasileiros. E, em 2005, um marco: no âmbito do Governo Federal, foi iniciada a construção de uma Política Nacional de Juventude (SILVA, ANDRADE, 2009).

E para responder as orientações e sugestões do Grupo Interministerial, formado por representantes de 19 ministérios que surgiu na proposta de fazer um levantamento das ações e dos programas federais que atingiam a juventude bem como diagnosticar as condições de vida dos/as jovens no país, são criados a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), ligada a Secretaria-Geral da presidência e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) (SILVA, ANDRADE, 2009).

Assim sendo, a SNJ, segundo Enid Silva e Carla Andrade (2009, p. 51) passa a existir com as seguintes atribuições:

Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude. Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude. Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

Ainda citando Silva e Andrade (2009, p. 51) o Conjuve em sua estrutura foi criado para responder os seguintes questionamentos: “Formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude” e também “fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil”.

Essas estruturas políticas deram peso às ações, projetos e programas que se desenvolveriam a partir daquela época.

Conselhos de Juventude: espaço de participação juvenil

Tratar da temática de participação juvenil nos conselhos de juventude é uma forma de promover a descentralidade das ações pensadas e desenvolvidas acerca do mundo juvenil. Os Conselhos de Juventude no Brasil tem sua história de articulação recente, visto que o CONJUVE juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude foram instituídos no ano de 2005. Embora, os conselhos de outras naturezas começassem a ser instituídos após a promulgação da Constituição Federal de 88 e alguns outros organismos de natureza semelhante como coordenadoria ou diretoria de juventude já tivesse sendo criadas em outras esferas de governo (SILVA, ANDRADE, 2009; CONJUV, 2007).

A participação juvenil nesses conselhos se dá de diversas maneiras, desde a contribuição na articulação das propostas até a efetiva participação como conselheiro/a.

Podemos perceber que nos últimos anos o debate sobre juventude e sobre as políticas públicas destinadas a esse seguimento tem crescido bastante. O fenômeno juvenil tem sido alvo de diversas pesquisas, tanto dos governos públicos como de ONGs, movimentos sociais e religiosos, estudiosos, acadêmicos, entre outros, tendo

visivelmente a crescente “onda” de projetos e entidades ligadas ao assunto.

O que parece valer a pena ressaltar é que a juventude, como tema político, emerge depois do processo de redemocratização da sociedade brasileira, depois do momento de debate mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania, que se corporificou no processo da Constituinte, no final dos anos 80. Os sujeitos deste processo foram os movimentos sociais que se articularam (na sua maioria nos anos 70, mas alguns desde antes), sobretudo pela retomada da democracia e pela constituição de políticas setoriais (como educação, saúde, trabalho, entre outras) (ABRAMO, 2007. p. 14).

De certa forma, a falta de diálogo sobre a juventude se dava pela falta de atores/atrizes políticos e/ou agentes pastorais mobilizados e reivindicando políticas destinadas aos/as jovens. Os movimentos que começaram a sua articulação em torno da questão juvenil nas décadas de 70 e 80, se organizam apenas em torno dos movimentos estudantis e dos partidos políticos. E quando o tema “juventude” alcança a agenda política e se torna uma “preocupação social” vem impulsionada de uma problemática reiterada pela sociedade com os chamados “Problemas da Juventude” (situação onde coloca moças e rapazes em situação de agressividade, desvio de comportamento, riscos para a sociedade, delinqüência, etc.). Noutra viés, é possível dizer que mesmo nessa perspectiva, a consolidação desses espaços já contribui para a participação dos jovens na construção de propostas na agenda política, levando em consideração a “pressão” social dos movimentos sociais, ONGs, etc.

Vale ressaltar também que a “abertura política” nesse aspecto de participação da sociedade como construção da política local num espaço de democracia e descentralidade do poder, é um ganho social e histórico que contribui para a presença dos atores políticos interessados nas mais diversas áreas da agenda política. Foucault, segundo Blog do Mestre Zé Rodrigo (2010), explica que “haveria, assim, que abandonar a ideia de centro pela ideia de rede do poder, que acentua a tensão estratégica do relacional em vez do teleológico²”. É quando o poder ao invés de estar concentrado num lugar ou pessoa, ele perpassa as camadas sociais possibilitando que seja instituída uma “rede”, onde cada indivíduo se sinta parte e

² A **teleologia** (do grego τέλος, fin, y -logía) é o estudo dos fins últimos da sociedade, humanidade e natureza.

co-responsável da construção do papel político local. Dessa forma, podemos dizer que os/as jovens também estão, ou ao menos deveriam estar, participando dessa “rede de poder”.

Ainda tratando do pensamento de Foucault:

O poder não vem do centro do Estado e a própria centralização não passa de um efeito, de um imperativo estratégico, que é simplesmente objeto de múltiplas tentativas que se vão renovando, num jogo de poder. Até porque o poder se deixa invadir pelo prazer que ele persegue (MESTRE Zé Rodrigo, 2010).

É comum em regiões onde existem os Conselhos de Juventude ver a *galera* se organizando, reivindicando, participando da construção de propostas que contribuam e beneficiem toda a camada da juventude em toda a sua perspectiva (saúde, esporte, lazer, música...) diferente das organizações juvenis do passado que se reuniam num único objetivo de lutar pelas melhorias na educação e ainda não tinham seu foco como centro os anseios especificamente da juventude.

Em outras palavras, os Conselhos de Juventude interagem com todas as esferas políticas do governo, levando ideias e propostas de ações específicas que possam ser implementadas pelo Poder Público. Trata-se, portanto, de um órgão estratégico de apoio governamental que desempenha funções consultivas e fiscalizadoras. Além disso, constitui-se num *lócus*³ legítimo e democrático de interação entre a sociedade civil e o Poder Público, possibilitando ao jovem uma oportunidade única de levar suas reivindicações até os poderes constituídos e, dessa maneira, tornar-se sujeito participativo do processo político.

Além disso, a ação política dos Conselhos de Juventude visa também à mudança do patamar de compreensão da sociedade sobre este importante segmento social, uma vez que é preciso que todos saibam qual é a real condição do jovem na sua realidade local e quais as suas mais urgentes necessidades. Os jovens envolvidos nas atividades dos Conselhos, nas três esferas do governo, buscam exercer uma atividade cívica que representa um saudável exercício de cidadania e de fortalecimento das estruturas democráticas locais, regionais e nacionais, além de proporcionar o *empoderamento* dos cidadãos, tornando-os aptos

³ A palavra *locus* (plural *loci*) significa "lugar" em latim.

a terem voz ativa nas discussões políticas.

À medida que os trabalhos dos Conselhos avançarem nas localidades e as Políticas Públicas de Juventude passarem a funcionar de maneira efetiva, poderemos vislumbrar melhorias significativas na condição juvenil. Assim, será possível elevar sua condição social de sujeito passivo para cidadão ativo do processo político-social, não só como alvo prioritário das PPJ, mas principalmente como protagonista na busca pelos seus direitos e na elaboração de Políticas Públicas que o beneficiem, uma vez que ninguém melhor que o/a próprio jovem para refletir politicamente e ser capaz de propor mudanças na sua realidade, aprimorando-a para o benefício geral da Juventude.

Portanto, o trabalho dos Conselhos de Juventude consiste em aproveitar o idealismo, a energia, o dinamismo e o potencial transformador do/a jovem, canalizando essa força positiva para a construção de mecanismos capazes de melhorar a sua própria condição. Dessa maneira, os Conselhos de Juventude funcionam como um elo que liga a sociedade civil ao Poder Público, sendo um mecanismo fundamental para estimular e fomentar uma participação mais ativa dos jovens no processo político e social das municipalidades. Um país como o Brasil, que atualmente passa por um processo de fortalecimento da sua recente democracia, não pode prescindir da mobilização e da politização da sua Juventude. A ação política não se limita e não deve estar restrita aos partidos políticos e à classe política tradicional. É necessário, pois, levar essa ação para além dessas fronteiras estreitas e moldá-la sob novos formatos, sendo essa inovação uma das mais relevantes contribuições que os Conselhos de Juventude proporcionam.

Os/as jovens engajados nesses movimentos devem ser capazes de pensar e executar uma política renovada, uma vez que a juventude como um todo afasta a idéia de participar do mundo político, em virtude das generalizações precipitadas que comprometem o interesse de participação política dos/as cidadãos/ãs, fixando estereótipos preconceituosos no imaginário nacional. Não é novo que a juventude nesse país seja confundida constantemente com marginais, pela polícia e até pela própria população que usa de estereótipos para pré-julgar determinadas posturas, estilos e/ou culturas juvenis como delinquência. Dessa forma, muitas das oportunidades que deveriam passar como escolhas nas mãos de todos/as os/as

jovens se tornam privilégio de poucos/as, desde que os/as mesmos/as bebam da mesma cultura paradigmática estabelecida pela sociedade. Esses novos paradigmas devem estar alicerçados nas tendências progressistas do mundo atual, e não em práticas arcaicas e hábitos bolorentos que atestam a falência generalizada do atual modelo político vigente no Brasil e no mundo. Nesse processo natural de renovação, o/a jovem está em posição decisiva e de grande responsabilidade, pois é sensivelmente mais predisposto a absorver novas ideias e a adaptar-se a situações inovadoras, dado o seu contato intenso e precoce com a tecnologia e demais ferramentas virtuais que precisam ser postas a serviço da cidadania e utilizadas em benefício das mudanças sociais.

Ora, se há pouco interesse dos/as cidadãos/ãs em envolver-se nos assuntos políticos e em preocupar-se com a república, difícil se torna a manutenção e o fortalecimento da democracia. Nesse particular, o/a jovem depara-se com um dos seus principais desafios: desconstruir as noções e práticas políticas equivocadas e em seu lugar criar novos paradigmas para a Política. Além disso, os novos modelos políticos devem pautar-se pela lógica inescapável da interdependência, conduzindo a ação política rumo a um pensamento holístico de um todo interconectado. A juventude, portanto, deve conectar-se com as redes tecnológicas e saber canalizar todos os recursos que a sociedade da informação nos oferece em benefício do progresso social, político, econômico e moral de onde se encontre inserida.

Enfim, um envolvimento mais profundo da juventude nos processos políticos é de fundamental importância para a consolidação da democracia. Os Conselhos de Juventude, como se procurou demonstrar, proporciona aos/as jovens dispostos/as a abraçar a causa da juventude uma valiosa experiência de fazer a diferença ao dedicarem-se a projetos que visam fomentar a participação dos/as mesmos/as na política e, desse modo, solidificar a governabilidade democrática em nível local.

1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude

É importante perceber que todos esses mecanismos, mencionados acima, contribuíram diretamente para a construção de um marco histórico que foi a

realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude ocorrida em Brasília entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. Com o lema “levante sua bandeira” a conferência quis criar um espaço de diálogo entre sociedade e governo que pudesse contribuir como base para a construção de uma política pública destinada aos jovens de forma focalizada nos direitos, levando em consideração sua diversidade, cultura e especificidades juvenis (CASTRO, 2009; CONJUVE 2008).

Não isolado, objetivo de dispor um espaço de diálogo certamente desemboca uma série de outros objetivos como a articulação do trabalho em rede e a criação desse mecanismo para a efetivação de uma PPJ de qualidade, o diálogo juvenil, a participação e legitimação da presença do/a jovem nas instâncias que compõem as políticas públicas, o debate de temas polêmicos e as divergências ideológicas e suas negociações (CASTRO, 2009).

Vale trazer em pauta a grande participação juvenil na construção da 1ª Conferência que em nível nacional conseguiu trazer para a “roda” uma grande diversidade de cultura, territorialidade, concepções, entre outros e “envolveu mais de 400 mil pessoas” (CASTRO, 2009, p. 25).

Um fator que legitima tanto a participação juvenil quanto as proposições aprovadas na 1ª Conferência são os índices que delineiam o perfil dos/as participantes. Levando em consideração que “80%, eram jovens (15 a 29 anos), em particular os delegados” o engajamento dos/as jovens no que concerne a efetivação de suas políticas pode ser evidente (CASTRO e ABRAMOVAY, 2009, p. 29). Outras questões que merecem ser levadas em consideração são a territorialidade desses/as participantes, estando “29,0%” na região nordeste e “28,3%” na sudeste; a questão de gênero, estando “60,5%” de participação masculina para “39%” de feminina como delegadas e de “41%” como não delegadas. Desse último percentual temos ainda as questões de orientação sexual, tendo identificado “89,5%” de heterossexuais, “4,4%” homossexuais e “2,4%” bissexuais. Em relação a cor dos/as participantes um número expressivo de “45,5%” se automearam brancos/as e “32,3%” de negros/as, tiveram ainda os/as que disseram ser pardos/mestiços/as “11,3%” (ibid., p. 29).

O que ganha visibilidade neste trabalho de Mary Castro e Miriam Abramovay é como esses/as participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de

Juventude se engajam em atividades políticas fora desta conferência ou em momentos distintos de suas experiências juvenis. Trazer o percentual da participação político-social desses/as jovens é procurar vislumbrar como estes/as se articulam, ou se articularam, para a promoção e efetivação das PPJ, em níveis mais operacionais, no que diz respeito do dia-a-dia desses/as militantes e/ou políticos. Vale salientar que, embora haja uma forte inclinação de associar protagonismo e/ou participação juvenil a idéia de ativismo, inserindo no/a jovem a “obrigação” de sempre estar fazendo “coisas grandiosas” procura-se olhar para estes próximos índices como forma de enxergar a construção das PPJ nas diversas instâncias dos poderes em nosso país. Em contraponto, não se pode dissociar o ativismo como meio de promover a participação/protagonismo no/a jovem, visto que, certamente começa-se engajando em questões que assumem papel importante e emancipador para estes/as.

Entre os/as presentes na Conferência “50%” disseram participar de algum partido político, “31,1%” de movimentos sociais, “30,4%” de movimento estudantil, “26,1%” de ONGs e “apenas 7,9% não participavam de nenhuma organização” valendo ressaltar que muitos/as destes/as disseram participar de mais de uma categoria (CASTRO, 2009, p. 31). O que nos chama atenção com esses dados é como e em qual área, especificamente, estes/as militantes atuam, visto que o campo científico e político-social cresce em torno do tema juventude. Identificou-se que um índice de “49,5%, atuava na área de Direitos dos Jovens em geral”, no campo da Educação obteve um percentual de “40,1%”, para “Direito dos Estudantes 36,6%” e “33,1%” dos Direitos Culturais, outros/as que atuam em áreas de políticas afirmativas como o movimento negro, feministas, LBGT, ambientalistas, etc somavam um percentual de “10%”. De todo o montante dos/as presentes na Conferência “71%” estavam como delegados/as, enquanto “8,7%” estavam os/as observadores/as (ibid., p. 31).

O que podemos perceber é que toda esta preocupação em dispor um espaço privilegiado de discussão acerca da temática e das questões juvenis entre o Governo e a sociedade proporcionou diversos sentimentos, perspectivas e esperanças nos/as jovens participantes. Todos estes pontos certamente serão levados em conta na elaboração e preparação das próximas conferências de

juventude e dos projetos e programas que surjam a partir e por meio desses mecanismos garantidos e reivindicados nesta 1ª Conferência. Destaca-se entre os pontos considerados positivos, segundo Mary Castro (2009) que a mobilização em torno da realização da Conferência contribuiu na construção de conselhos estaduais (e municipais) de juventude, fortaleceu os mecanismos de participação e diálogo sobre a juventude representando um grande avanço para este debate, abriu um diálogo mais próximo entre as juventudes organizadas e os governos estimulando a criação de meios e formas de participação juvenil de massa, como os foros de debate, por exemplo e entre outros. O que aparece como pontos que não superaram a expectativa dos/as participantes e apareceram como situações negativas a falta de envolvimento e engajamento mais comprometido dos municípios, falta de informação e de interesse da massa juvenil em participar da conferência, a dificuldade em relação ao Poder Público em efetivar as PPJ a partir da conferência, falta de cobertura pela mídia, entre outros (CASTRO, 2009).

Todo esse processo certamente contribuirá diretamente no que tange a organização e realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude que acontecerá neste ano de 2011, garantindo dessa forma uma participação democrática e empoderada dos atores/militantes juvenis bem como dos políticos envolvidos/as nesse processo, além de possibilitar que as PPJ se desenvolvam em seus níveis de participação, democracia e legitimidade.

É importante, no entanto, perceber como todo esse processo de construção das políticas de juventude em nível federal produziram impactos em nível local. Assim, tomaremos como objeto de reflexão as articulações que ocorreram em torno do debate das políticas públicas para jovens na cidade de Surubim, no estado de Pernambuco.

Aspectos sociais e políticos da juventude surubinense

Para fazer uma abordagem coerente e centrada diretamente nas expressões juvenis existentes no município de Surubim, torna-se necessário antes de tudo, descrever o cenário social, econômico e cultural que a mesma está inserida.

Surubim é uma cidade do interior de Pernambuco com população estimada em 58.444 habitantes, segundo o IBGE em 2010. Desse montante 47,79% representam a população masculina e 52,21% feminina. Ainda em se falando de estatística, é importante também trazer os dados sobre a população urbana e a rural, estando 75,29% e 24,71%, respectivamente. Temos uma população jovem estimada em 14.384 jovens de 15 a 29 anos residentes no município no ano de 2001, o que representa pelo menos 24,61% de toda a população surubinese (IBGE, População e Domicílios - Censo 2000 com Divisão Territorial 2001). Se comparássemos esses números ao Censo 2010, certamente teríamos um número mais elevado, porém vislumbraremos essas informações, para, com elas obter as análises. Isso significa dizer que temos uma cidade extremamente jovem. São esses mesmos 24,61% da população surubinese que alimenta a produção, o consumo, as indústrias, as escolas e são os/as mesmos/as que são vítimas do desemprego ou das péssimas condições de emprego na cidade.

E citando as estatísticas do IBGE (2009) a incidência da pobreza em Surubim é de 46,91%, representando um alto índice preocupante para a população. Apenas 11.892 habitantes possuem renda de até um salário mínimo e esses números caem quando o valor do salário aumenta, chegando a 19.529 pessoas sem rendimento mensal algum.

Surubim também é cenário artístico na história nacional. Capiba e Chacrinha traduzem essa afirmação. Terra da vaquejada, tão citada na região e no país. Capital da vaquejada, como é conhecida. Festeira e palco das maiores competições de vaqueiros do Brasil, com os seus mais de 80 anos de emancipação adquiriu respeito e tradição por essa grandiosa festa da cultura do povo nordestino. Também terra de grandes festivais de dança e teatro. Ótimos atores e atrizes compõem o palco das apresentações culturais de Surubim.

População acolhedora e em constantes movimentos de migração. A baixa oferta de oportunidades de emprego na cidade promove um grande êxodo, principalmente de jovens deslocando-se para cidades vizinhas a procura de trabalho. Muitos conseguem, outros se frustram na realidade assombrosa do desemprego ou do subemprego, que em algumas situações, se torna ainda pior. E estes, quase que em sua maioria, não mais conseguem conciliar seus estudos com a vida profissional.

A distância da cidade de trabalho com as suas moradias e em alguns casos as baixas condições do mesmo impossibilita em alguns casos a escolarização do indivíduo. Toritama e Santa Cruz do Capibaribe são pólos comerciais e de grande concentração de jovens surubimenses. A indústria da moda e a confecção, principalmente, têm crescido e atraído a juventude para seu meio, embora na cidade de Surubim o que tem crescido nessa área são as facções particulares, dentro das próprias casas. Essas, grosso modo, não empregam pessoas, apenas reúnem alguns membros da família para essa produção.

A prostituição, o uso de drogas lícitas e ilícitas, violência, abandono escolar e outros fatores estão fortemente presentes no cenário social do município. Tantas causas poderiam ser citadas para explicar tais fatos, porém, nesse texto, volto àquilo que foi apresentado no início, relacionando o emprego a auto-realização e independência para os jovens. Muitos fatores sociais como a violência, por exemplo, estão intimamente ligadas a questões de oportunidades, como o emprego - ou seria o desemprego?

Surgem também no município grandes lideranças no que diz respeito ao trabalho com as juventudes. Movimentos religiosos, partidos políticos, atividades sociais, projetos filantrópicos, ONG's e tantos outros mecanismos têm tomado força na cidade de Surubim devido às urgências sociais da atualidade. Grandes lideranças em atividades com jovens têm referenciado a cidade como potência e fonte na produção e atenção à juventude nordestina. Seu nome tem sido referenciado em articulações estaduais e nacionais quando o assunto é atendimento juvenil a partir de mecanismos não-governamentais, desenvolvidos pelas lideranças juvenis do município. A Pastoral da Juventude em grande escala é uma das principais responsáveis por essa referência. Seus líderes tem se tornado referências locais, estaduais e nacionais, ocupando lugar de destaque no cenário social contemporâneo (SANTOS, 2011).

O Instituto de Protagonismo Juvenil (IPJ) que nasce do desejo da juventude em se articular e obter espaço de discussão privilegiada sobre suas políticas públicas e sociais, promovendo a organização juvenil e seu protagonismo social, ascendendo para práticas humanizadoras que garantam ao/a jovem o despertar crítico de suas opções e proposições, tem contribuído diretamente para a

organização das diversas expressões juvenis existentes no município de Surubim (IPJ, 2011). É importante levantar considerações a cerca da atuação do IPJ no que se refere a articulação em rede no município citando como exemplo, a mobilização para criação e fortalecimento da “Rede de Defesa dos Direitos da Juventude de Surubim” que procura unir os trabalhos das instituições do município que atuam em defesa dos direitos humanos. Outros exemplos, são as assessorias prestadas pelo IPJ aos grupos juvenis e os minicursos oferecidos ao público dos/as educadores/as de jovens (id., 2011). O que se obtêm de resultados, por exemplo, são as formas de abordagens e conceitos sobre as juventudes que, com esses processos tendem a passar por alterações de forma significativamente positiva.

Com estes e outros mecanismos, como iniciativas de grupos religiosos em torno de temáticas específicas, trazem para o cenário social de Surubim uma perspectiva de participação e protagonismo social juvenil, deslocando a imagem que foi feita da juventude como “problema” acentuado a ideia de sujeito de direito.

Organizações juvenis no município de Surubim⁴

Como citado anteriormente, em Surubim existe uma crescente discussão no que diz respeito a pauta das PPJ em relação aos movimentos sociais, ONGs, movimentos estudantis e partidários, grupos culturais e de denominações religiosas. Uma frente que ainda não existe, ou que talvez não tenha ganhado espaço suficiente para mostrar suas identidades são os grupos de políticas afirmativas como LGBT, negros/as, feministas, etc. O que aparece, ainda embora um tanto sutil, é a preocupação pelas questões da deficiência, girando em torno do debate ainda apenas da acessibilidade a partir de uma associação.

Parece comum encontrar dentro dessas instituições a presença do/a jovem seja como dirigentes, seja como membros, como voluntários e/ou militantes. Aparece o/a jovem que se insere e ao mesmo tempo se engaja com as “causas sociais” tomando a frente de organizações e grupos que lutam em defesa de direitos ou de

⁴ Como não existem registros oficiais das instituições sociais no município baseia-se esse tópico pela análise pessoal da conjuntura do município no que diz respeito ao processo de inserir os/as jovens nos espaços de participação e de exercício da cidadania como os movimentos sociais.

um bem que deveria ser comum a todos/as. Observa-se que no município de Surubim cresce o número de entidades da sociedade civil que começam a atuar no campo da juventude. Algumas se destacam pela presença em diversos níveis da organização municipal chegando a obter espaços em situações distintas, outras, porém, destacam-se pela capacidade de produzir discursos e articulações em torno do que concerne a vida juvenil no município, ainda, outras, pela atuação direta a públicos específicos e minoritários, como é o caso dos/as deficientes, por exemplo.

Destaca-se o papel do/a jovem dentro destas instituições por um lado como atores estratégicos de desenvolvimento e por outro como sujeito em construção. Este último coloca a ideia de que a juventude está em fase de construção e, portanto precisa ser preparada/qualificada para a entrada em sua vida adulta (UNIJUV, 2011; LEÓN, 2010). As instituições sociais têm papel importante quanto ao quesito da formação juvenil, bem como a família, pois para estes/as os movimentos sociais representam cerca de 50,6% de sua confiança para 68,3% em relação a família, segundo dados de pesquisa realizada com os/as participantes da 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008 (CASTRO, 2009).

Dessa forma, tocar no assunto da participação juvenil no município de Surubim dentro das instituições não governamentais requer um pouco de atenção, além de ter em vista a vacância de registros desse processo. O que não se pode esconder é que assim como para que a Política Pública Nacional de Juventude acontecesse foi necessário que diversos atores entrassem em cena em períodos e épocas distintas umas das outras, para além de tudo, pressionar os governos, fortalecer as bases e garantir direitos extraídos. Assim também esse mesmo processo deve ter acontecido na história pública do município, com pressões populares, manifestações e organização política. O que parece interessante é o que se considera dos “tempos antigos” ao “tempo de agora” dizendo que “foram privilegiados os jovens daquela época”, mesmo vivendo em tempo da ditadura militar (MINHA RUA TEM MEMÓRIA, 2011).

O que queremos com este tópico é visualizar como se dá em termos sociais a participação juvenil nas instituições da sociedade civil no município de Surubim e como visivelmente está disposta esta participação. Utilizamos abaixo a amostragem dessa participação a partir de algumas instituições que demarcam de alguma forma

a presença do/a jovem e que chama a atenção sua metodologia.

Grêmios Estudantis

Levantar considerações acerca da presença da juventude surubinese através dos Grêmios Estudantis neste trabalho é primeiro desafiador e depois instigante, já que em tempo passados olhava-se para a juventude apenas como aqueles/as que estavam inseridos/as nas escolas (ABRAMO *apud* TEIXEIRA 2010; UNIJUV, 2011).

O olhar desafiador nos remete a missão de delinear como se tem configurado a presença e participação dessa juventude gremista na educação surubinese. Não basta olhar os percentuais de participação de massa em atividades públicas e de cunho social, como por exemplo, o percentual de 30,4% dos participantes na 1ª Conferência Nacional de Juventude era de movimentos estudantis, mas, contudo nos termos que se dá essa participação, para além das situações sociais, as de cunho subjetivo, talvez.

Destacam-se os “Festivais de Dança” e “Informativos eletrônicos” organizados pelo Grêmio Joaquim Nabuco da Escola de Referência em Ensino Médio Severino Farias (ERSEF) e a “Consulta Pública sob as condições dos feirantes de Surubim” feita pelo Grêmio Estudantil da Escola Estadual Ana Faustina (EEAF). Ambas atividades demonstram situações da participação do/a jovem e de seu protagonismo. Outras atividades também poderiam entrar nesta discussão, porém estas conseguem traduzir de forma geral a participação juvenil por meio dos grêmios estudantis em Surubim. E para concluir este item uma última questão se faz importante a de colocar tais práticas gremistas como uma forma de evidenciar o protagonismo dos/as jovens estudantes. O uso e a prática da atividade social pelos grêmios se configuram, tanto para o corpo discente quando docente em uma forma de promover o protagonismo juvenil e a promoção social, como diz Fabrício (2011) “uma iniciativa do Grêmio Estudantil Joaquim Nabuco, evidencia que no (na Escola) Severino Farias nosso aluno é protagonista de sua história”.

Associação dos Portadores de Deficiência de Surubim – APDS

Uma primeira questão ao se levantar ao falar desse tipo de participação juvenil são as considerações a cerca da temática que gira em torno dessa agregação de pessoas, a deficiência. Vale ressaltar que devido ser um tema que há anos vem sendo discutido e termos são cunhados para melhor definir a pessoa com deficiência, aos poucos essas mudanças vão ganhando projeção nacional e com forte adesão das pessoas, ONGs e especialistas (WIKIPÉDIA Deficiência). As associações por sua vez constituem-se “pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (CCB *apud* WIKIPÉDIA Associação). Isso configura um grupo de pessoas com objetivos e metas comuns, neste caso, o de promover o acesso da pessoa com deficiência e a garantia de seus direitos.

A presença da juventude nesta organização se dá não como público prioritário, mas alvo de seus projetos e programas. Aparecem como público que também possam discutir a cerca dos/as portadores/as de deficiência e serem também portadores/as. Como nesta organização o foco não é a juventude, mas a pessoa portadora de deficiência olharemos para a adesão do público jovem, tanto como alvo, como idealizadores/as nos projetos e programas organizados pela associação.

Levando em consideração que dados da participação de pessoas com deficiência em atividades e eventos de massa tende a ser um número muito inferior do que para outros seguimentos e classes sociais, como negros/as, LGBT, indígenas, etc., talvez pelas próprias condições, ou a falta delas, no que diz respeito a garantia da acessibilidade, como por exemplo, o índice de apenas 3% de participação na 1ª Conferência Nacional de Juventude era de pessoas com algum tipo de deficiência torna-se difícil fazer uma abordagem dessa participação em termos quantitativos, assim, procuraremos fazer uma abordagem qualitativa quanto a participação dos/as jovens portadores de deficiência a partir das intervenções pela APDS.

Pastoral da Juventude - PJ

Antes de começar a discussão de como os/as jovens militantes da PJ de

Surubim atuam do cenário político-social do município faz-se necessário compreender em qual contexto surge essa organização de jovens ligadas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Pastoral da Juventude (PJ) surge do desejo dos bispos da Igreja Católica suscitar uma organização de jovens que atendesse as necessidades da época. Devido ao “falecimento” da Ação Católica por volta da década de 70 os jovens começaram a se dispersarem da igreja e foi neste momento que os bispos percebem a urgência em trazer de volta os/as jovens que demonstravam forte compromisso e engajamento. Surgem como resposta a esta ausência os movimentos de encontro, Treinamento de Liderança Cristã (TLC), por exemplo, mas não respondiam aos anseios da juventude daquela época que procuravam alguma forma de interferirem na realidade. Dessa forma, como resposta aos anseios juvenis surge então a Pastoral da Juventude que, de acordo com as diretrizes gerais da Ação Evangelizadora da Igreja Católica fazem opção pelos/as jovens e pobres, trabalhando com a dimensão integral da pessoa.

Por se tratar de uma pastoral ligada a Igreja tem suas características ligadas a estrutura eclesial da mesma, com coordenações em diversas instâncias de sua organização, desde as bases, que são seus grupos de jovens das comunidades, até a instância nacional (PJ DE SURUBIM, 2011). Para tanto falar da PJ de Surubim é pensar numa parcela dessa organização que se articula em nível nacional levando em consideração suas especificidades locais e formas de organização próprias.

Vale ressaltar nessa discussão que a PJ tem como público alvo os/as jovens e para tanto seus projetos e programas são direcionados para estes e com sua participação também na elaboração, implementação e avaliação do processo. Dessa forma, analisaremos como se dá a participação do/a jovem nas instâncias que compõem os processos sociais da vida pública em Surubim.

Dentro desta organização os/as jovens se articulam e formam pequenos grupos, sendo estes/as mesmos os/as coordenadores/as. São assessorados, na maioria das vezes, por outros/as jovens, que já passaram da etapa de nucleação e assumem papel de militante, também são assessorados por adultos que assumem papel de ponte e equilíbrio entre as emoções e euforia ao desejo e as práticas de mudança social.

Em Surubim a PJ⁵ assume um papel, além do religioso, de caráter social, articulando redes, mobilizando ações de massa, mantendo contato com instituições governamentais, desenvolvendo projetos em escolas para formação de educadores e levantando discussão a cerca das PPJ no município, talvez tenha sido este último, principalmente, que deu a PJ de Surubim visibilidade no município.

Em sua estrutura organizacional a PJ de Surubim mantém vários grupos em torno do município - nas comunidades rurais - isso contribui bastante no processo de democratização das discussões e na conscientização do público jovem quanto as suas políticas, tendo em vista que o diálogo se mantém constante com esses grupos. Há de ser levado em consideração que estes/as jovens também estudam, trabalham e tem amigos/as que muitas vezes não estão inseridos/as no mesmo agrupamento juvenil e, dessa forma, conseguem difundir pra outros lugares as suas propostas.

Para este trabalho, trazemos, principalmente, considerações a cerca da mobilização levantada pela PJ de Surubim no tocante ao processo de criação do Conselho Municipal de Juventude(CMJ) que começou a ser articulado em 2008 quando resolveram fazer um estudo das PPJ com objetivo de criação de uma instituição de personalidade jurídica que atuasse em âmbito municipal em defesa dos direitos da juventude como consequência desse estudo. Com esse objetivo a coordenação dessa pastoral começou a se organizar para introduzir em suas formações e capacitações o tema “Políticas Públicas para a Juventude” com o objetivo de produzir um discurso acerca dessa temática com todos/as os/as jovens militantes dessa pastoral e assim obter o máximo número de pessoas envolvidas com a causa.

O que chama atenção para esta discussão é a realização da Semana da Juventude 2009 que aconteceu na proposta de discutir a cerca do processo das PPJ no município e de colocar em pauta para o Governo a discussão que já existia em

⁵ A PJ de Surubim se articula nas duas Paróquias que existe no município, São Sebastião e São José. Atingem 3(três) municípios da região, sendo Casinhas, Vertente do Lério e Surubim. Suas coordenações paroquiais mobilizam os grupos de base que existem nas zonas rurais e na zona urbana. Não existe um número de quantos jovens fazem parte deste organismo religioso, visto que a cada dia oscila os grupos que “nascem” e “morrem” dentro da instituição. O que existe com certeza é que varia de 10 a 15 jovens participantes em cada grupo e que em Surubim, em ambas paróquias existe uma média de 12 grupos de base em torno dessa organização.

torno dessa temática com algumas instituições da sociedade civil na proposta de articular a criação do CMJ. O que antecedeu este evento foram meses de reuniões com a sociedade civil para discutir sobre o projeto de criar um conselho de juventude no município que fosse participativo e tivesse registros da interferência juvenil em todas as instâncias.

É notória a participação juvenil nesta organização quando se observa que desde sua estrutura às coordenações são compostas de jovens. O debate que fora levantado em relação às PPJ certamente conseguiu reunir para o debate um expressivo número de jovens e/ou suas representatividades, visto o caráter desta organização.

Instituto de Protagonismo Juvenil – IPJ

O desejo da PJ de Surubim, citado anteriormente, em estabelecer uma instituição de personalidade jurídica que atuasse em âmbito municipal em defesa dos direitos da juventude com o passar dos anos em seus estudos tornou-se realidade quando da realização em 2010 da Semana da Cidadania que fora desenvolvida em parceria com a então Secretaria Especial de Juventude e Emprego de Pernambuco, hoje Secretaria da Criança e Juventude.

Podemos concluir então que o Instituto de Protagonismo Juvenil (IPJ) já existia antes de sua data de fundação, devido seus/suas fundadores/as já o terem criado quando resolveram levantar estudos a cerca das PPJ, com este objetivo. O que merece atenção é que mesmo o IPJ surgindo da PJ de Surubim que é um organismo religioso, este primeiro não tem personalidade religiosa. Parece que os/as militantes da PJ de Surubim desejavam instituir uma organização que pudesse ter uma vida pública fora dos muros de sua denominação religiosa.

Existindo, o IPJ passa a acompanhar a discussão sobre as PPJ que já estava instalada no município. Em torno dos seus projetos e programas que começava a desenvolver o instituto começava a levar para dentro de suas atividades tais discussões. Aos poucos outras instituições, agora mobilizadas pelo IPJ começam a dialogar a temática. Chama atenção a proposta de articular uma rede que tenha como objetivo agregar os trabalhos das instituições que atuam com a juventude no

município fortalecendo as ações desenvolvidas e suscitando novas práticas humanas.

Com a mobilização dessa rede e a realização da “Semana da Juventude Protagonista” o IPJ coloca em evidência a importância de uma política pública de qualidade e a necessidade de se cunhar o tema juventude na agenda dos governos. A massa da participação juvenil pode ser observada no contexto organizacional da entidade, que formada e fiscalizada por jovens, presta assessoria e acompanhamento a grupos, pessoas e entidades ligadas ao público jovem (IPJ, 2011).

Participação da juventude surubinese na construção das PPJ

Para iniciar essa discussão acerca da contribuição e participação da juventude surubinese na construção das Políticas Públicas de Juventude em Surubim/PE, tendo como foco as discussões e conquistas nacionais, faz-se necessário, antes de tudo, perceber qual influência essa discussão “de cima para baixo” afeta diretamente na vida dos atores e atrizes que estão nas mais diversas pontas do Brasil, cidade adentro. Perceber a importância das discussões desses/as atores/atrizes em nível nacional é também tomar consciência que estes/as estão ligados/as diretamente a organizações e agrupamentos juvenis que se configuram em níveis mais próximos das juventudes nos diversos municípios e estados do nosso país. Estes, por sua vez, representam, conforme já foi tema de discussão nesse trabalho, uma parcela da juventude em nível mais específico.

A questão da influência ou do despertar de interesses das juventudes municipais a partir “destas conquistas” em nível global, não quer dizer apenas, da visibilidade que estas políticas passam a ter na vida midiática destes últimos, nem tão pouco, exclusivamente pelas questões referentes ao status que as mesmas possam proporcionar em aderi-las, mas em linhas gerais pelas questões emergenciais de interesses em construir um “novo mundo” para uma “nova juventude”.

Em meados de 2008, bem no auge das discussões sobre juventude no Brasil

e quando o Plano Nacional de Juventude parecia já ter dado alguns passos mais firmes, algumas lideranças juvenis em Surubim se reuniam para discutir a importância de se ter um conselho de juventude no município. Esse debate iniciou-se, primeiramente de forma mais sutil e silenciosa, apresentando característica mais formativa e introdutória, para só depois ganhar espaço nas discussões sociais do município. Uma pequena equipe de jovens, oriundos da Pastoral da Juventude (PJ) de Surubim, como já apontado acima, iniciaram uma série de debates e discussões acerca das questões sociais na qual os/as jovens estavam inseridos/as. Rodas de conversas, minicursos, formações e alguns encontros aconteceram, tendo ao menos uma fala sobre essa temática. Aos poucos, essa discussão ganhava chão, ao menos nos espaços de abrangência desta pastoral. Esse processo de formação e conscientização da importância de uma política pública de qualidade para a juventude no município, segundo esses/as jovens, deve ter durado um período, não linear, de 1(um) ano, com discussões diretas no seio organizacional desta instituição.

Num segundo momento esta mesma equipe, agora mais “por dentro” das questões referentes às PPJ em níveis mais locais, resolve levar essas discussões para fora do seu espaço institucional, chamando para o diálogo outras instituições que atuassem com o público juvenil no município. No ano seguinte, após o início dos seus trabalhos de formação nesta área, por volta do 2º semestre de 2009, reúne para as discussões algumas instituições onde continuaram reunindo-se mensalmente para o estudo e formulação de estratégias quanto às questões referentes às PPJ no município. Algumas ações desenvolvidas após este período foram marcantes no que diz respeito ao processo de construção das PPJ em nível local e no que fala diretamente da participação da juventude nesse processo.

A criação da rede: um desafio na articulação

O processo de mobilização da sociedade civil para a criação do CMJ em Surubim se depara, além da adesão de algumas instituições, com uma dura realidade, a dificuldade de tornar a PPJ uma pauta constante das discussões no município.

O debate sobre as PPJ em Surubim até o momento não havia ganhado

visibilidade e nem adesão institucional. Aos poucos, por interferência dessa equipe de militantes da PJ de Surubim, o tema juventude ganha visibilidade, embora com espaço muito restrito, dentro das paredes institucionais da Igreja Católica, até o momento.

Quando a rede começa a ser criada, surgem as dificuldades de dar a mesma efetividade e visibilidade e ao mesmo tempo a preocupação que esse debate ainda não avançasse para outros patamares, até que a equipe estivesse toda empoderada. Existia nesse momento a dificuldade de empoderar os/as participantes desse grupo de pessoas que, provocados/as, estavam a discutir meios e formas de construir uma Política Pública de/com/para a Juventude de Surubim de forma participativa e protagonizadora. Por um lado existia uma pequena equipe que parecia estar comprometida com a proposta e com a causa e por outro esta mesma equipe não respondia e também não representava a diversidade das juventudes que existiam no município. Talvez fosse preciso alargar ainda mais o debate, porém o entrave em garantir que esses atores conseguisse fazer uma discussão embasada, retardava o processo. Não se pode afirmar que esse retardo fosse tão negativo para a construção das PPJ no município devido ao reconhecimento dessa equipe em precisar conhecer bem o tema para fazer um bom debate sobre ele, o que se pode supor é que essa “demora” em fazer das discussões das PPJ ganhar visibilidade e adesão de outras instituições pudesse afetar o processo de participação das instituições que já estavam engajadas nas discussões, devido ao desgaste de ambas as partes.

Aparece bem claro, nesse processo inicial de formação da rede, que o desejo era fortalecer o discurso inicialmente com as instituições que fazem parte da sociedade civil para posteriormente seguir para uma conversa mais estreita com os poderes públicos governamentais. Essa prática se deparou com situações adversas primeiro, não é possível construir uma política pública sem a participação do Estado e segundo que se os governos não estavam nessa discussão e não acompanhavam sua evolução, talvez dificilmente pudesse inserir em sua pauta a temática da juventude nem tão pouco saber que a temática estava ganhando importância nas discussões da sociedade civil.

Este primeiro entrave, o de não conseguir efetivar a política de juventude sem

a presença do poder público, em grande parte tornou os passos futuros da rede um pouco engessada, visto que em sua estrutura não existia nenhum organismo governamental e dessa forma, não iriam conseguir avançar no debate e nem, como era objetivo, inserir o tema na pauta social. Essa ausência não pode ser percebida como “omissão” dos poderes constituídos, embora que em muitos casos vemos essa prática acontecer, mas como restrição do debate a algumas instituições, que nesse caso, se tornaria fundamental para que a política de juventude acontecesse.

Em relação a inserção da pauta da juventude na agenda governamental não ter sido inserida e nem “percebida” sua importância para os atores que a discutiam deve ter uma explicação quando se trás elementos de desgastes e tentativas frustradas, mesmo que em épocas e contextos diferentes, do contato direto *povo x governo*. O tema juventude não avançou e nem ganhou projeção municipal, como deveria, devido, grosso modo, a equipe de militantes da PJ de Surubim ter restringido a presença dos poderes governamentais nessa articulação desde o começo da mesma. Ora, se para as políticas públicas acontecer, sendo ela de juventude ou não, seja necessário a presença do Estado, certamente o processo de visibilidade dessas PPJ teria avançado e ganhado importância, tanto dentro como fora dos espaços governamentais, podendo já ter sido efetivado o CMJ em Surubim. Também não se pode colocar como elemento único a presença dos governos, nem para a efetivação e nem colocar nele a culpa pela não efetivação das PPJ em Surubim, mas fazer uma reflexão de sua importância nesse processo.

O desejo de uma política pública participativa: criando o projeto de lei

Durante o “auge” das discussões entre os/as integrantes da rede formada para articular a criação do CMJ em Surubim uma preocupação tornou-se evidente: como garantir que o mecanismo legal que efetiva o CMJ garanta a participação juvenil em todas as suas etapas, desde a elaboração a sua execução. A dificuldade que se dava devido a ausência dos poderes governamentais nessa etapa passava a ser percebida. Se existisse órgãos do governo entre os membros da rede esses também seriam sensibilizados/as, positivamente, quanto a importância da

participação juvenil nesse processo. Não apenas se os/as jovens participariam ou não de todo o processo, mas, contudo como se daria essa participação, era a preocupação desses/as atores.

Devido essas preocupações, foi necessário que a equipe tomasse partido direto quanto a garantia da participação juvenil no processo de construção de suas políticas elegendo metas de curto prazo para dispor de mecanismos seguros para este processo. O primeiro passo foi o de estudar os Conselhos de Juventude que já existissem em outras cidades e até estados do país para vislumbrar uma política coerente para a realidade do município e, um segundo passo era o desafio de criar o próprio projeto de lei de Surubim e que conseguisse contemplar o máximo possível a especificidade das juventudes do município, além desses um terceiro passo se apresentava como importante nesse processo, o de garantir que este projeto de lei criado pela equipe fosse usado pelo executivo municipal quando da criação do CMJ.

Os entraves iniciais se deram na proposta de estudar os projetos de lei de municípios que já tivesse seus conselhos efetivados e funcionando corretamente. Como vem a ser uma política nova, o tema juventude ainda estava ganhando espaço e importância no cenário político brasileiro. A composição dos conselhos naquela época diferia muito de lugar para lugar, sem uma regra ou forma específica de composição, isso dificultava o processo de estudo, visto a diversidade da forma jurídica dos CMJ. Por outro lado, essa diversidade contribuía para que a equipe pensasse em elaborar um projeto de lei que contemplasse a realidade local de Surubim, utilizando para isso os exemplos dos conselhos mais “maduros”. Esse processo de estudo se dava em reuniões mensais em que os articuladores levaram as propostas para seus grupos e/ou instituições para serem discutidas.

Ação do Poder Público em Surubim e as Políticas de Juventude na cidade

Em meio às dificuldades e entraves encontrados durante a articulação da rede de mobilização de criação das PPJ no município uma conversa com o governo executivo municipal parecia que iria colocar de uma vez por todas a pauta da juventude em evidência. O desejo que o CMJ enfim se efetivasse em Surubim

contribuiu para a articulação tornar-se um pouco vulnerável as questões políticas da época, permitindo que passasse despercebidas algumas estratégias e alianças que talvez se fizesse necessárias para que fosse de uma vez efetivado a proposta do Conselho de Juventude.

Por ocasião da realização da Semana da Juventude 2009⁶ os articuladores da rede resolveram abrir o diálogo sobre a questão do CMJ para os setores governamentais do município. Dessa forma, com essa estratégia parecia que se conseguisse uma sensibilização da parte do governo sobre o tema em questão.

Por ocasião da abertura⁷ da referida atividade, abre-se oficialmente o debate ao poder público que até então desconhecia as discussões. Diante do público notoriamente jovem, pela participação maciça dos alunos das escolas, os representantes e as autoridades⁸ presentes falavam a respeito da importância do tema “juventude” para o atual cenário político brasileiro. Discutiam também o que já havia sido feito e o que estava em projeto para execução em relação as PPJ no Brasil e também no município de Surubim.

A preocupação pela temática juvenil não é uma constante apenas nos entes governamentais, podem ser vistas também nas atividades e na crescente onda dos movimentos sociais e ONGs defenderem questões referentes ao universo juvenil; também preocupação das repartições religiosas, escolas, famílias e da sociedade com um todo (UNIJUV, 2011). As juventudes participantes desta atividade, bem como seus representantes, em comum acordo elegem como prioridade a criação do CMJ como forma de garantir a participação juvenil e o controle social no município. A discussão corria para garantir o que seria mais emergente para a juventude naquela época e qual processo já havia surgido em relação a mesma. Nas falas era possível

⁶ Atividade realizada pela Pastoral da Juventude de Surubim por ocasião da preparação da celebração do Dia Nacional da Juventude (DNJ), uma das atividades permanentes das PJ's (PJ, PJR, PJE e PJMP) que foi vivenciada no município de Surubim com atividades diversas que contou com as presenças de representantes do CONJUV, Conselho Estadual de Juventude de Pernambuco, Membros do Legislativo Estadual e Federal, alunos das escolas municipais e estaduais, pesquisadores e estudiosos da temática juvenil.

⁷ A abertura da Semana da Juventude 2009 aconteceu no dia 19 de outubro no Centro Cultural Dr. José Nivaldo em Surubim/PE, com uma mesa de autoridades que discutiam assuntos referentes as Políticas Públicas de Juventude em discussão no cenário brasileiro na atualidade.

⁸ Entre as autoridades presentes na abertura da Semana da Juventude 2009 estavam o Prefeito do município Flávio Nóbrega, O vice-prefeito e secretário de assistência social do município Túlio Vieira, Péricles Chagas representante do CONJUV e do gabinete da Dep. Estadual Tereza Leitão, Dep. Federal Paulo Rubem Santiago, Fátima Sousa coord. do CRAS e CREAS do município além de coordenadores e representantes da Pastoral da Juventude de Surubim.

perceber que existia uma preocupação e uma ação no tocante ao processo que garantia a juventude brasileira espaços deliberativos de suas políticas.

O que ficou dessa articulação foi a certeza que o governo municipal comungava dos mesmos objetivos e compreendia o desejo da juventude por contribuir suas próprias políticas. No decorrer das atividades ao longo da semana, com a realização do Seminário sobre Políticas Públicas de Juventude⁹ o foco era o de empoderar ainda mais os jovens para as discussões a respeito da negociação entre governo e sociedade na efetivação do CMJ. À medida que as atividades ganhavam visibilidade na mídia e no dia-a-dia dos jovens participantes das atividades a equipe articuladora da rede se preparava para levar a discussão até o Legislativo Municipal como forma de garantir que a participação juvenil não se partisse nesse processo e de garantir que toda a “euforia” do momento garantisse que o Poder Executivo olhasse com bons olhos para o projeto de lei criado por esta equipe.

Toda essa discussão fez com que a proposta de criação do CMJ chegasse, por meio de uma das vereadoras¹⁰ que havia se interessado na temática, até a Câmara Municipal de Vereadores e fosse indicada a aprovação do requerimento que solicitava do Prefeito Municipal a criação do referido conselho. Esse processo parecia estar ligado diretamente a conquista e sensibilização da temática que fora discutido antes, por ocasião da Semana da Juventude 2009 no mês de outubro. Estando já no mês de dezembro do mesmo ano os passos dados representava uma grande conquista para a rede, na crença de que posteriormente os passos futuros desencadeariam uma convocação para a escolha e eleição dos conselheiros e conselheiras de juventude no município, “encerrando” assim seus trabalhos. Porém, os passos seguintes não ocorreram conforme a mesma rapidez com que vinha ocorrendo até a presente data. Um primeira preocupação estava em como acelerar o próximo passo e depois em como garantir que os jovens não se dispersassem em torno destas temáticas.

Mesmo estando convicto da participação da juventude em tal processo o

⁹ Este Seminário aconteceu no dia 20 de outubro, no Centro Cultural Dr. José Nivaldo em Surubim/PE e contou com a presença da Conselheira e do então Secretário Executivo Estadual do Conselho de Juventude de Pernambuco Elyane Nery e Gilmar Dias, respectivamente

¹⁰ Josefa Albanize Aguiar, conhecida como “Bana”, PP.

Executivo Municipal não criou imediatamente a referida lei solicitada a requerimento dos/as vereadores/as do município. A conversa em torno dessa demora girava em situações adversas que colocou diversas vezes a equipe em posição de “ataque” e o governo de “defesa”, embora não houvesse registros de uma disputa de poderes ou sequer de contraposição ao objetivo daquela discussão. O que deixava as discussões sem condições de avançarem para ganharem patamares diferentes era a discordância que se enxergava entre a importância dada ao tema juventude e a não efetivação dessa política.

Considerações Finais

Levando em consideração todo o processo político-social e participativo das juventudes surubimenses mencionados acima; a importância da presença do/a jovem nas etapas de formulação, implantação e avaliação da política de juventude; o atual cenário político juvenil do país e a importância que assume o tema “juventude” em contexto global, afirmamos que em Surubim existe participação dos/as jovens na proposta de construir suas políticas municipais, muito embora a realidade político-governamental dificulte este processo.

Numa primeira abordagem podemos transcrever o papel das instituições não-governamentais, jurídicas ou não, no cenário das políticas de juventude no município, avistando-as como potenciais parceiras da juventude no tocante a proposta de levar para as discussões o público central destas, que é o/a jovem. Em contraponto, vemos a dificuldade de legitimar as discussões sobre as PPJ, levantadas por estas instituições, devido o “olhar” do poder público municipal estar direcionado a avistar a juventude ainda como “sujeitos em preparação” e não como “sujeitos de direito”, como discutem esses agrupamentos juvenis. Talvez fosse possível afirmar que a participação do/a jovem no município, partindo dessas instituições, se configura na procura pela participação política dessa juventude em âmbito governamental.

O que parece estar em jogo, quando se fala em participação da juventude nas PPJ em Surubim, são interesses particulares que se somam formando uma “rede”

ou “teia” de interesses múltiplos, dando a essa discussão, portanto, visibilidade enquanto características juvenis. Mais do que um “jogo de poder”, percebemos nas articulações institucionais, interesses em potencializar a pessoa do/a jovem enquanto produtor/a e responsável por suas políticas sejam estas públicas ou privadas. Percebe-se que o/a jovem, nas discussões que se seguem, assume importância singular, visto o interesse em aproximar tais atores/atrizes nos diálogos que se seguem em favor da criação do Conselho de Juventude no município, por exemplo. Todo o processo que se firmou em garantir que fosse criado o CMJ nos dá a visão da aproximação entre instituições e juventude, quando, em meio aos passos dessa articulação os esforços somavam-se múltiplos em garantir além da presença desses/as, também que os dispositivos desse CMJ contemplem o perfil juvenil municipal. Para garantir que estes dispositivos estejam de comum acordo com o perfil juvenil percebe-se o esforço em levantar discussões a cerca dos fenômenos sociais, inter-relacionais e políticos, usando como exemplo, os seminários, atividades de massa, pesquisas e diálogos desenvolvidos pelas instituições defensoras da juventude em Surubim.

Basta o que vimos até agora para nos certificar de que os/as principais responsáveis pelas conquistas em torno da construção das PPJ no município são as instituições não-governamentais que apoiados e representando a juventude pressionam e sensibilizam os poderes públicos do município em torno da importância e urgência de construir políticas efetivas para o público jovem, impreterivelmente com a presença dessa mesma juventude. Porém, não se pode negar que esses mesmos atores, em dado momento da mobilização, dificultam, de certa forma, esse processo, levando em consideração as mudanças internas que nestes acontecem. A mudança de diretoria, o enfraquecimento dos grupos, o excesso de atividades, o quadro funcional interno, são alguns exemplos das dificuldades que assolam as instituições e, conseqüentemente, suas ações e atividades. Mesmo diante destas, não se pode diminuir os esforços e conquistas.

O poder público municipal, por sua vez, aparece como alvo direto das mobilizações institucionais, por um lado devido a sua importância no tocante a efetivação das políticas públicas e por outro pela necessidade de acrescentar a juventude na pauta do governo. Como não existia da parte do executivo e nem do

legislativo municipal nenhuma mobilização, por própria iniciativa no que diz respeito a criação de políticas direcionadas ao público jovem e tendo as instituições civis levantado questionamentos em torno da temática dando a mesma devida importância, um olhar atencioso ou mesmo apreensivo, abriu-se do governo aos/as jovens. Em linhas gerais, não podemos pensar que somente a ideia de “sujeitos em construção” e por isso o “descaso” com o tema é que somou importância para o governo quando pensavam em juventude. Outro fator deve ser levado em consideração, de que a juventude é um tema ainda novo no cenário político-social no Brasil e ganha aos poucos projeção como sujeitos de direitos. Enquanto não ganhasse importância no município, pelas organizações jovens, não entraria esta pauta na agenda do governo, o que, muitas vezes só é possível com a pressão popular, como temos acompanhado diariamente. O que não é possível afirmar ao certo é como tem encarado o executivo municipal tais mobilizações em torno da juventude pelas instituições e grupos juvenis, mas é possível perceber que, diante da pressão popular começasse a existir uma abertura para o diálogo, mesmo que este exija ainda muito esforço e dedicação das instituições.

Se tratando do/a jovem e como estes/as encaram tais temáticas em torno de si próprio é possível perceber duas inclinações: uma, de que estão inseridos/as nas discussões, mesmo que muitas vezes apenas representativamente. Muito embora estejamos falando de parcelas específicas do público juvenil e não dela como um todo. Outra, é que devido os “autos e baixos” das discussões e do diálogo entre poder público e sociedade civil, muitos/as jovens estejam desacreditados/as de que possam existir uma política pública eficaz para seu segmento social e que realmente ela aconteça. As dificuldades antes mencionadas permitem que a juventude e seus mecanismos de defesa por um lado se fragilizem/desanimem devido a lentidão dos processos e, por outro, se agrupem e se fortaleçam em vista da importância e urgência que o tema passa a assumir da vida pública destes.

Dessa forma, é importante ressaltar que a presença da juventude surubinense no processo de construção das políticas públicas destinadas ao público juvenil no município foi (e é) determinante no tocante aos avanços com que vem tendo essas PPJ no município. Uma coisa é certa, o contexto sócio-político de Surubim e os conceitos em relação ao papel e o perfil da juventude no município sofreram

alterações no que concerne sua importância e urgência para a gestão governamental e seus avanços vindouros terão, mesmo com pouca presença das instituições que iniciaram esse debate, características desse processo. Seria inevitável afirmar que tais organizações são as responsáveis pelos “acordos” entre governo e sociedade através da mobilização em “rede” que se levantou por iniciativas destas instituições da sociedade civil e estas potencialmente seriam as co-autoras, junto às juventudes municipais, pelas conquistas em torno da construção das Políticas Públicas de Juventude em Surubim.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Juventude: uma agenda nova no debate das políticas. In: BRASIL, Conselho Nacional de Juventude: Natureza, Composição e Funcionamento. Brasília – DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni (org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo. Brasília: RITLA, 2009.

CONJUV. 1ª Conferência Nacional de Juventude. Levante sua bandeira. Caderno de resoluções. Brasília, agosto de 2008.

FABRÍCIO, Karla. *Severino farias publica periódico*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por em 12 mar. 2011.

LEÓN, Oscar Dávila. Juventude e trajetórias sociais. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs). *Jovens espaços de sociabilidade e processos de formação*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Goiânia: Editora PUC-Goiás: Cânone Editorial, 2010.

MINHA RUA TEM MEMÓRIA. O portal do resgate histórico de Surubim. Fórum. Você curtiu bem os anos 70?. Disponível em <http://minharuatemmemoria.ning.com/forum/topics/voce-curtiu-bem-os-anos-70>.

Acessado em 11 de junho de 2011.

MESTRE Zé Rodrigo. Blog “A escola de ciência política” - *Sobre o pensamento de Michel Foucault (1926-1984)* - Postado por Mestre Zé Rodrigo em 5 de julho de 2007. Disponível em <http://farolpolitico.blogspot.com/2007/07/foucault-michel-1926-1984.html>. Acessado em 24 jan. 2010.

SANTOS, José Anierivson Souza dos. *Jovem Versus Trabalho: o que resta da sociedade contemporânea para essa classe social*. Surubim: IPJ, 2010.

TEIXEIRA, Carmem Lucia. *Um olhar sobre a juventude por meio da janela do holocausto*. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs). *Jovens espaços de sociabilidade e processos de formação*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Goiânia: Editora PUC-Goiás: Cãnone Editorial, 2010.

VILAR, Ronaldo. Conselho Municipais – participação e controle social. Disponível em <http://ronaldovilar.blogspot.com/2009/08/conselhos-municipais-participacao-e.html>. Acesso em 23 jan. 2010.

DOU. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil. Imprensa Nacional. Ano CXLVII nº 133. Brasília – DF, 2010.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Associação. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o#cite_note-ccivil-0. Acessado em 12 jun. 2011.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Deficiência. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia>. Acessado em 12 jun. 2011.

PJ DE SURUBIM. Quem somos. Disponível em http://www.pjdesurubim.no.comunidades.net/index.php?pagina=1058107381#o_que_é_pj. Acessado em 12 jun. 2011.

IPJ. Instituto de Protagonismo Juvenil. Nossa história. Disponível em http://juventudeprotagonista.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=176. Acessado em 12 jun. 2011.

UNIUV. Universidade da Juventude. Curso de Gestão e Formulação de Políticas Públicas de Juventude. [online]. Jabotão dos Guararapes. 2011.